

Comissão pró-Constituinte prepara ato

Da Sucursal do Rio



A Comissão Coordenadora Nacional da Campanha pela Constituinte realizou ontem, no Rio, sua primeira reunião, para discutir os preparativos do ato público do próximo dia 26, em Caxias, e os desdobramentos da campanha em todo o País. A mobilização popular para a manifestação já começou e os líderes do movimento foram unânimes em afirmar que a receptividade está superando as expectativas.

Participaram do encontro 19 entidades, lideradas pela OBA, ABI, Centro Brasil Democrático (Cebade), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Famerj) e Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (Andes). O bispo de Duque de Caxias, d. Mauro Morelli, explicou que o espírito da campanha é de que "não existe conciliação sem participação popular, verdade e justiça. É um Brasil novo não pode nascer sob tutela ou como concessão generosa, oportunista ou indevida de alguma cidadania".

"Foi assim que começou a campanha das diretas." Com esta frase, o presidente da Famerj, Jó Resende, manifestou seu entusiasmo pelo recém-iniciado movimento. Ele anunciou que a Federação já está promo-

vendo a divulgação do ato de Caxias, "com ótimos resultados. Vamos reunir milhares de pessoas e será o ponto de partida de mais uma imensa manifestação pela participação política da população brasileira".

O presidente do Ibase, Herbert de Souza, irmão do cartunista Henfil e ex-exilado, declarou que sua presença na reunião marcava o início de sua integração "como cidadão na luta política no Brasil", pois, até então, considerava-se um "militante clandestino". Ele explicou que a data é "um marco", porque a luta pela participação popular na elaboração de uma nova Constituição inicia o período histórico em que "vai ser possível distinguir democratas de liberais, da mesma forma com que só foi possível separar liberais e arbitrários, até hoje".

A participação na campanha pela Constituinte é "a luta de um cidadão por sua cidadania", definiu Hebert de Souza: "Enquanto as classes dominantes estão se preparando para formar seus grupos fechados de eminentes fazedores de Constituição, é hora de o povo participar do processo, dizendo que quer — ele próprio — fazer a Constituição, e não ficar ouvindo o que diz o sr. Afonso Arinos de Melo Franco".

O bispo de Duque de Caxias explicou a razão da escolha da cidade da Baixada Fluminense para iniciar a campanha: "Caxias é um retrato do Brasil, pois é habitada por um povo que foi forçado pelo arbítrio econômico à migração, vindo de vinte Estados brasileiros."

Marchezan assegura que nova Carta não trará pão ao povo

Da Sucursal de Brasília

Antes de se partir para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, deve-se tratar, já a partir de março, de remover os dispositivos autoritários que ainda permanecem na atual Constituição. Esta é a opinião do líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, 46 anos. Para ele, eliminar do texto constitucional os resquícios do regime autoritário chega a ser mais importante do que elaborar uma nova Constituição.

Embora afirme que aceita sem reservas a convocação de uma Constituinte, o líder governista faz uma advertência: "É preciso desmistificar essa questão da Constituinte. Usando uma expressão talvez grosseira, eu lembraria que uma nova Constituição não terá o condão de trazer mais pão e alimento para o povo. Reconheço que, do ponto de vista jurídico, uma Constituinte representaria o anseio do povo neste momento. Mas uma reforma constitucional que eliminasse resquícios do autoritarismo corresponderia, igualmente, a esse anseio; disso tenho certeza."

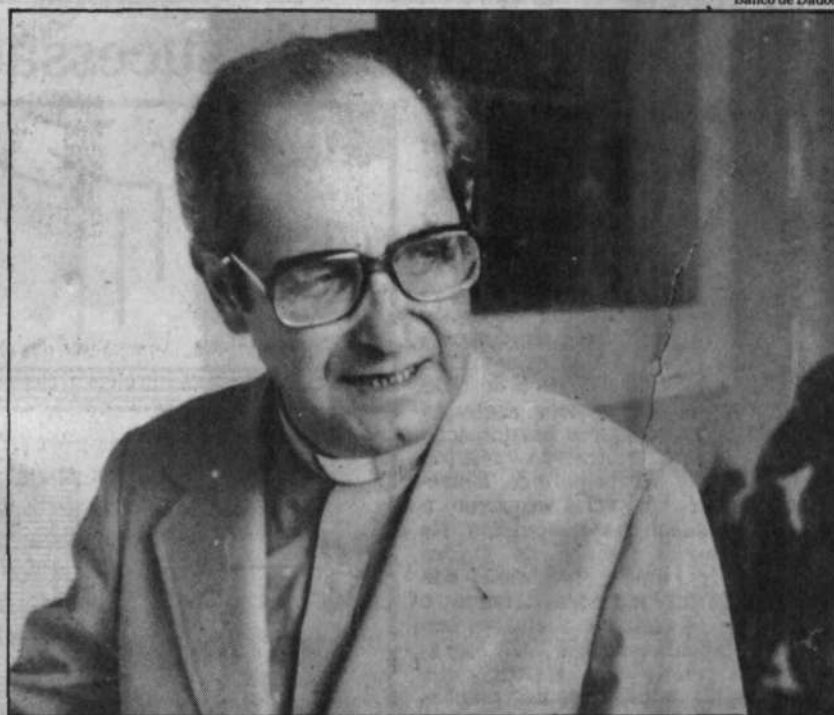
Nelson Marchezan acha que a tese da Constituinte "desperta hoje tais esperanças, que dificilmente poderiam ser atendidas. Além disso, trata-se de um processo demorado, talvez comprometedor, num momento em

que os principais problemas do País estão na área econômica, como o desemprego, a inflação e a questão da casa própria".

"Tudo isso, ressalva o deputado, não significa que eu seja contrário à Constituinte. Apenas tenho idéias talvez menos apressadas a respeito. Por exemplo, embora admita que é perfeitamente possível convocar uma Constituinte e eleger delegados especificamente para elaborar uma nova Constituição, sou de opinião que estaremos sendo muito mais práticos se investirmos o próximo Congresso, eleito em 1986, das atribuições de Constituinte. Finda essa tarefa, os parlamentares continuarão desempenhando as suas tarefas congressuais."

Marchezan, portanto, não acha aconselhável eleger a Constituinte em 1985. E observa que há neste ano aspirações bem mais imediatas: "Realizar eleições nas capitais e áreas de segurança nacional, inclusive eliminando-se as áreas que ainda permanecem: acho que está é uma das grandes tarefas dos políticos neste ano."

Outra ponderação do líder do governo na Câmara é quanto à forma de se organizar uma Constituinte. Ele não concorda, por exemplo, que o assunto seja encaminhado fora dos partidos políticos. É contrário a candidaturas avulsas: "O regime democrático repousa nos partidos políticos."



D. Mauro Morelli: "Caxias é um retrato do Brasil"



A primeira reunião será presidida por d. Cândido Padim, bispo de Bauru

Religiosos e leigos católicos organizam grupo de trabalho

Reportagem Local

Um grupo de trabalho sobre a Assembléia Nacional Constituinte está sendo formado por religiosos e leigos católicos ligados à Regional Sul 1 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). A primeira reunião está marcada para o próximo dia 17, no Instituto Sedes Sapientiae, na capital paulista, sob a coordenação do bispo de Bauru, d. Cândido Padim, 70 anos, especialista no assunto e formado em Direito. Ele também coordenou a experiência das "Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações", iniciativa da CNBB interrompida, por pressões do Vaticano, em 1979.

"A Constituinte será logo instalada", diz a convocação para a reunião inicial do grupo de trabalho. "Urge

começar a discussão sobre o conteúdo da nova Constituição. Na nova ordem institucional, um dos aspectos importantes será o avanço rumo a uma sociedade efetivamente participativa. O que mais caracterizará se houve ou não esse avanço serão as possibilidades que se abrirão para a participação popular nas decisões governamentais e no controle das iniciativas, governamentais e privadas, que interferem nas condições de vida coletiva."

A partir da pergunta "Que sistemas e mecanismos, assegurando esse tipo de participação, deveriam ser introduzidos na nova Constituição?", o grupo pretende recolher e sistematizar propostas sobre o tema, devolvendo-as à discussão popular em todas as dioceses paulistas e junto aos antigos participantes das "Jornadas".